Leviathan | Cadernos de Pesquisa Política

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

Um autoritário à brasileira: o que diz a Ciência Política sobre a eleição de Bolsonaro

Mariana Falcão Chaise[1 2]

https://orcid.org/0000-0003-3706-0085

Resumo

O artigo analisa a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 à luz de três grandes teses oferecidas pela Ciência Política brasileira. O objetivo é revisar a literatura que busca compreender como fatores estruturais e conjunturais explicam um resultado eleitoral inicialmente visto como improvável. Parte-se de três teses principais: (1) o "conservadorismo popular" entre eleitoras e eleitores mais pobres, os quais se identificam com pautas de segurança e ordem; (2) a "reorganização das direitas", envolvendo bancadas parlamentares (evangélica e da segurança) e movimentos de rua alinhados a valores conservadores; e (3) o "antipetismo", segundo o qual a rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) teria canalizado votos para o candidato opositor, independentemente de sua agenda. A conclusão ressalta que cada tese ilumina facetas específicas do fenômeno, sem que se sobreponham. Por fim, o texto destaca que a derrota de Bolsonaro em 2022 reabre o debate sobre quais dimensões presentes nestas teses permanecem válidas e como elas podem seguir explicando as dinâmicas eleitorais brasileiras.

Palavras-chave: Comportamento eleitoral; Bolsonarismo; Conservadorismo; Antipetismo; Direitas.

Abstract

A Brazilian-style authoritarian: what Political Science has to say about Bolsonaro's election

This article analyzes Jair Bolsonaro's 2018 victory in light of three major theses offered by Brazilian Political Science. The goal is to review the literature that seeks to understand how structural and contingent factors explain an electoral outcome initially seen as unlikely. It is based on three main theses: (1) "popular conservatism" among poorer voters, who identify with security

[1] Mariana Falcão Chaise é pós-doutoranda no Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop/Unicamp). E-mail: mariana.chaise@gmail.com.

[2] Esse artigo foi inicialmente publicado em francês sob o título de "Un autoritaire à la brésilienne: que dit la science politique de l'élection de Bolsonaro?" em dossiê sobre as eleições brasileiras realizado pelo Observatoire politique de l'Amérique latine et des Caraïbes (OPALC) da Sciences Po de Paris. A autora agradece ao professor Olivier Dabène pelo suporte na realização desta pesquisa, à equipe do Observatoire des élections au Brésil (OEB) e à professora Teresa Marques (PUCRS) por uma primeira leitura. Essa pesquisa foi financiada pela FAPESP por meio do processo n° 2019/15010

and law-and-order agendas; (2) the "reorganization of the right," involving parliamentary caucuses (evangelical and security) and street movements aligned with conservative values; and (3) "anti-PT sentiment," according to which rejection of the Workers' Party (PT) channeled votes to the opposing candidate, regardless of his platform. The conclusion highlights that each thesis illuminates specific facets of the phenomenon without overlapping. Finally, the text emphasizes that Bolsonaro's defeat in 2022 reopens the debate on which dimensions of these theses remain valid and how they can continue to explain Brazilian electoral dynamics.

Keywords: Electoral behavior; Bolsonarism; Conservatism; Anti-PT sentiment; Right-wing politics.

Resumen

Un autoritario al estilo brasileño: lo que dice la ciencia política sobre la elección de Bolsonaro

El artículo analiza la victoria de Jair Bolsonaro en 2018 a la luz de tres grandes tesis ofrecidas por la Ciencia Política brasileña. El objetivo es revisar la literatura que busca comprender cómo factores estructurales y coyunturales explican un resultado electoral inicialmente percibido como improbable. Se parte de tres tesis principales: (1) el "conservadurismo popular" entre electoras y electores más pobres, quienes se identifican con agendas de seguridad y orden; (2) la "reorganización de las derechas", que involucra bancadas parlamentarias (evangélica y de seguridad) y movimientos sociales alineados con valores conservadores; y (3) el "antipetismo", según el cual el rechazo al Partido de los Trabajadores (PT) habría canalizado votos hacia el candidato opositor, independientemente de su agenda. La conclusión destaca que cada tesis ilumina facetas específicas del fenómeno, sin superponerse. Por último, el texto subraya que la derrota de Bolsonaro en 2022 reabre el debate sobre qué dimensiones presentes en estas tesis siguen siendo válidas y cómo pueden continuar explicando las dinámicas electorales brasileñas.

Palabras-clave: Comportamiento electoral; Bolsonarismo; Conservadurismo; Antipetismo; Derechas.

1. Introdução

É inerente ao campo das Ciências Sociais a multiplicação de paradigmas concorrentes para a explicação dos mesmos fenômenos. Da exploração de qualquer de suas temáticas resulta não apenas a sensação de que se acumulam as teses válidas para a interpretação de problemas idênticos, como de que essas teses nos fornecem apenas os fragmentos para a decodificação de uma realidade que ainda insiste em apresentar renovados desafios às compreensões correntes. Isso é verdadeiro para o campo específico da análise política e, dentro desta, para os estudos eleitorais, os quais – quando tomados a sério – são muito mais amplos que a análise do resultado de eleições: seja buscando prevê-lo, seja buscando explicá-lo. Os estudos eleitorais normalmente requerem a combinação de fatores estruturais a elementos de caráter conjuntural, além da combinação das variáveis institucionais tradicionais a outras de caráter sociológico e cultural, as quais – independente de seus pesos analíticos e da orientação teórica dos intérpretes – estão sempre presentes. E o mais interessante sobre os estudos eleitorais é que a cada pleito temos a oportunidade de validarmos nossas compreensões sobre o funcionamento do sistema político e sobre a natureza e as características da sociedade que o compõe: o campo de pesquisa possui – portanto – um encontro marcado para a sua recomposição.

Quando indivíduos votam segundo as suas predisposições e interesses em contextos que não se alteram, a literatura clássica considera que ocorreram eleições ditas "normais", as quais nos permitiriam traças as congruências do sistema eleitoral (Converse 1966): quais são seus principais partidos, qual eleitorado é organizado por cada agremiação, o que motiva as opções de voto em cada estrato social e econômico. Ao mesmo tempo, quando ocorrem mudança nas preferências dos eleitores em contextos cambiantes, esta mesma literatura considera a ocorrência de eleições ditas "críticas" (Key 1955), as quais seriam eventualmente acompanhadas de novos realinhamentos eleitorais: de novas congruências (Mayhew 2002). São sobretudo estas últimas que permitem às Ciências Sociais reorientar seu olhar sobre a política e reconsiderar a validade de suas principais teses.

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

A vitória de Jair Messias Bolsonaro e sua ascensão à presidência da República no Brasil em 2018 foi um destes momentos que surpreendeu importantes analistas políticos, forçando reorientações: para Celso Rocha de Barros (2018), Bolsonaro não venceria o pleito por falta de uma coalizão partidária que o sustentasse; para Maria Hermínia Tavares e Fernando Limongi (2017), não venceria por ser demasiado radical em um sistema político que força os candidatos ao centro; para Bruno Wanderley Reis (2018), o machismo e a virulência de seus discursos dificultariam que angariasse apoio entre o eleitorado feminino: entre nada mais que a metade, portanto, do eleitorado brasileiro.

Em uma das primeiras pesquisas de intenção de voto para o pleito que o elegeu, divulgada ainda em dezembro de 2016, o então deputado federal era lembrado por apenas 3% dos eleitores e das eleitoras:[3] sendo, portanto, um presidenciável ainda desconhecido pelos brasileiros e brasileiras.[4] Contudo, ao assombro dos intérpretes anteriores, a partir de então a ascensão de Bolsonaro seria meteórica: um deputado que já fora filiado a nove diferentes partidos políticos e que – em 2018 – o era a uma agremiação sem qualquer expressão eleitoral; um parlamentar que – em 28 anos de atividade legislativa – aprovara apenas dois projetos de lei, que jamais assumira cargo no Governo Federal ou posição de destaque na Câmara dos Deputados; um candidato sem coalizão de apoio, sem governadores aliados, que declarara parcos recursos oficiais de campanha, que ao longo da campanha não fez qualquer concessão em prol da moderação política e que contava com meros 8 segundos de propaganda eleitoral na televisão: fundamental para que eleitor e a eleitora reconheçam os presidenciáveis.[5]

Se a vitória de Bolsonaro contrariou argumentos bem-estabelecidos na Ciência Política quanto aos fatores que possibilitariam sucessos eleitorais em democracias federativas, com sistemas multipartidários e em países de dimensões continentais,

[3] Na rodada espontânea, quando não são apresentados os nomes dos candidatos aos entrevistados. Essa é a melhor forma de medir o quanto o candidato é conhecido pelos eleitores.

[4] O índice, contudo, saltava para 7% entre evangélicos neopentecostais, para 6% entre eleitores do Norte do país e para 8% entre os brasileiros que auferem entre 5 e 10 salários-mínimos.

[5] Sobre a manutenção da importância do Horário Gratuito de Propaganda Eleitora nas eleições de 2018, ver Borba e Dutt-Ross (2021).

outros argumentos buscaram estabelecer-se ao explicitar os motivos de sua vitória, em uma destas dinâmicas de reconstituição do campo de pesquisa. A partir da análise sistemática de artigos publicados nas principais revistas brasileiras de Ciência Política,[6] é possível argumentarmos que são três as principais teses que buscaram prover uma explicação causal à ascensão de Bolsonaro:

Gráfico 1: Teses causais mobilizadas na explicação da eleição de Bolsonaro em 2018.
Fonte: elaboração da autora.

A tese mais recorrente entre a literatura foi atribuir a vitória ao perfil conservador do eleitorado brasileiro mais pobre; uma tese, portanto, que se ocupa de uma dinâmica que ocorre de baixo para cima: ou seja, do modo pelo qual os valores da fração majoritária do eleitorado em um país altamente desigual criam as oportunidades de sucesso para determinadas candidaturas, afetando – nesta direção – as estratégias das lideranças políticas. Uma segunda tese comum é a de que teria ocorrido uma reorganização das lideranças de direita no país; aqui, temos uma dinâmica em sentido inverso, de cima para baixo: buscando compreender como estratégias inovadoras das elites teriam contribuído para reorganizar as preferências do eleitor e da eleitora.

[6] A pesquisa bibliográfica para a produção deste artigo analisou todos os artigos publicados em revistas classificadas pela Capes no quadriênio 2017-2020 com os conceitos A1, A2, A3, A4 e B1 até julho de 2023 e que tiveram como objeto a eleição de Bolsonaro em 2018.

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

Finalmente, outra tese atribuiu a vitória de Bolsonaro ao chamado "antipetismo": o voto neste candidato não refletiria, neste caso, uma identificação particular dos eleitores e das eleitoras com esta candidatura, mas uma opção pragmática daqueles que não desejavam a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT); tampouco seria reflexo de qualquer outra estratégia das lideranças que não a crítica aos petistas e à sua campanha.

Argumentamos que – embora nos forneçam elementos relevantes para a explicação da ascensão de Bolsonaro à presidência – nenhuma destas teses o faz em detrimento das outras. Com o amparo de cada uma, o resultado das eleições de 2018 poderia ser interpretado de maneira diversa a depender dos grupos sociais ou frações de classe, do segmento religioso ou profissional no qual estamos interessados. A tese do conservadorismo popular e da reorganização da direita brasileira – a partir de diferentes perspectivas – focam na fatia majoritária e mais pobre do eleitorado. Já a tese do antipetismo dá ênfase – em geral – às classes médias, uma fatia minoritária em termos de peso eleitoral, mas com grande capital social. De qualquer modo, é provável que o bolsonarismo no Brasil – como qualquer outro fenômeno político – tenha explicações múltiplas, todas válidas ainda que parciais, assim como uma composição híbrida. Ou seja: o bolsonarismo seria mais bem descrito como um fenômeno complexo, intraclasse e multissocial.

2. A primeira tese: o conservadorismo popular

A primeira tese que busca explicar a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 – um candidato sem projeção, sem tempo de televisão e sem recursos partidários (Nicolau 2020) – é a do chamado "conservadorismo popular", que tem nos trabalhos de André Singer a sua melhor expressão. A interpretação do autor parte da premissa teórica de que existiria uma orientação ideológica no voto dos brasileiros e brasileiras. O próprio Singer (2000a) havia sido pioneiro em utilizar pesquisas de opinião para demonstrar a existência de uma correlação entre a posição autodeclarada do eleitor entre esquerda e direita e seu voto para presidente nos anos 1990, embarcando em fértil polêmica

pública com Fábio Wanderley Reis (2000).[7] Para Singer, mesmo que de modo apenas intuitivo, o eleitor e a eleitora seriam capazes de reconhecer a existências de partidos e de candidaturas localizados à direita ou à esquerda do espectro ideológico, mesmo que não pudessem verbalizar o sentido exato destes termos. Nesse caso, não sendo a única, a ideologia seria uma preditora possíveis para o voto no Brasil. Em artigo publicado em 2022, Singer demonstrou que a opção eleitoral por Bolsonaro teria essa explicação ideológica: no caso, o aumento da autoidentificação com a direita política observável em todos os estratos de renda no país teria correspondido à eleição do segundo presidente francamente à direita no contexto da Nova República (1985-presente).

Uma segunda camada do argumento teórico de Singer (2022) parte dos conhecidos trabalhos do sociólogo Antônio Pierucci (1994, 2013), que – nos anos 1990 – demonstrou a ocorrência de um arco de votos conservadores que corresponderia à periferia histórica de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, na região onde se concentra as classes médias baixas da cidade. Esses indivíduos, ao votarem em candidatos que não se alinhariam aos seus interesses econômicos imediatos, teriam – portanto – posições políticas ambíguas em relação às suas posições sociais, segundo o autor. Para Antônio Pierucci e também para André Singer, o combustível da sociabilidade conservadora desse extrato social seria o medo da violência e o desejo da ordem. Ao partirmos desta perspectiva, a eleição de um presidente conservador jamais poderia ser considerada "surpreendente" em país onde a porção majoritária do eleitorado, os eleitores mais pobres, se identificassem com os valores dos conservadores.

Em artigo que utiliza questionários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aplicados ainda em 2017, ou seja, um ano antes das eleições de Bolsonaro à presidência, autores buscam propriamente mensurar este apoio da população brasileira a posições conservadoras (Lima et al. 2020). Em seus achados, demonstraram que justamente por estarem mais suscetíveis à insegurança pública, os setores sociais historicamente mais

[7] A réplica de Singer (2000b) se assentou no argumento de que "esquerda" e "direita", dois conceitos de conteúdo vago e subjetivo, funcionariam como sinalizadores dos diferentes posicionamentos dos candidatos, de modo que serviriam justamente para organizar e simplificar conteúdos.

marginalizados teriam maior propensão em adotar posições de submissão à autoridade, em apoiar lideranças vistas como "fortes" e indivíduos com perfil de "salvadores": vulgarmente, em populistas. Alternativamente, partindo de uma perspectiva antropológica e se baseando sobretudo em entrevistas, Manso (2020) demonstrou de que modo esse medo da violência teria auxiliado na escolha popular por Bolsonaro, um "representante ideológico" da cultura miliciana da cidade do Rio de Janeiro, em um país no qual o Estado nunca teve o seu monopólio dentro dos parâmetros democráticos (Adorno and Dias 2014), onde a violência sempre fez parte das relações sociais e foi aceita como forma legítima para a resolução dos conflitos. Em estudo paralelo, Lúcio Rennó (2020) demonstrou que os eleitores de Bolsonaro não apenas seriam favoráveis a punições mais severas ao crime, como mais conservadores dentro de uma agenda moral, mais preocupados com a temática da corrupção e ainda ambivalentes com relação ao apoio a políticas sociais: apoiando transferências monetizadas, tais como o Bolsa Família, mas críticos às cotas nas universidades, a partir de argumentos de tipo meritocráticos.

Existe, contudo, ainda uma terceira camada no argumento de Singer (2022), que corresponde a um componente situacional de sua interpretação: o chamado "lulismo". O lulismo, segundo o autor, foi o realinhamento eleitoral ocorrido em 2006 – em eleições consideradas "críticas" – quando os mais pobres deixaram de votar na direita conservadora e passaram a votar consistentemente no candidato do PT em eleições presidenciais. Isso teria ocorrido, em particular, devido à institucionalização de uma agenda de combate à pobreza, a agenda histórica petista, mas que foi implementada em um formato que evitava confrontos com a ordem (Singer 2012). Desse modo, o lulismo teria promovido uma rearticulação ideológica, que esvaziou a centralidade eleitoral do conflito entre direita e esquerda e a reconstruiu a partir do conflito entre ricos e pobres. Há – neste ponto – uma questão importante: o conservadorismo popular no Brasil pode ser considerado conservador no sentido do desejo em manter as estruturas sociais vigentes, mas não é necessariamente conservador em termos de oposição à igualdade; por esse motivo ele é passível de ser capturado pelas esquerdas, como ocorreu a partir de 2006, desde que seus representantes promovam um discurso "ordeiro".

No início dos anos 2000, a direita estava diluída: inclusive, alguns de seus membros compunham a base de apoio dos governos petistas, os quais – até a reeleição de Dilma Rousseff – eram altamente populares.[8] Em 2018, no entanto, um candidato declaradamente à direita e abertamente conservador apresentou-se ao pleito presidencial em posição competitiva: segundo Rosana Pinheiro-Machado (2019), ao ocupar um vaco de representação legado pelos protestos de 2013 e catapultado pela crise econômica que a todos afetara. Assim, segundo André Singer, favorecido pela prisão e pelo impedimento do candidato identificado com as políticas "lulistas", Jair Bolsonaro teria – neste momento – contribuído para "reativar" as predisposições normais da população brasileira a votar em candidatos afeitos às posições conservadores. De tal modo, o brasileiro e a brasileira teriam "se lembrado" – naquele ano – de que sempre foram conservadores.

De modo interessante, as eleições de 2022, iram opor o então presidente Bolsonaro ao ex-presidente Lula, o qual reabilitado a concorrer após a anulação das condenações que justificaram sua prisão. A questão derivada desta literatura passa a ser qual dos dois elementos seria o preponderante na decisão de voto do eleitorado popular: se as convicções derivadas de valores pessoais – neste caso, favorecendo o candidato Bolsonaro – ou se motivações relacionadas, em geral, à posição socioeconômica, como a lembrança dos benefícios extraídos das políticas públicas implementadas nos dois mandatos do petista. Fundamentalmente, para os autores analisados, as eleições de 2022 seriam decididas pelo resultado da disputa entre os dois candidatos pela vasta parcela representada pelo eleitorado popular: um deles apelando à agenda moral, com argumentos ressoando os valores conservadores do eleitorado, e outro em busca do que a Ciência Política chama de "voto retrospectivo": baseado no bolso e na memória.

[8] A partir de 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou um cenário econômico bastante desfavorável e as medidas econômicas do governo sofreram forte oposição da opinião pública. Ademais, a operação Lava Jato já havia iniciado suas atividades e as primeiras denúncias de que teria ocorrido fraude para favorecer a eleição de uma presidenta petista haviam sido feitas de maneira irresponsável pelo candidato derrotado, com grande ressonância entre a direita que se organizada nas redes sociais.

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

Há também uma derivação genérica possível a partir desta literatura. Um candidato conservador tentando angariar votos entre eleitores e eleitoras que majoritariamente possuem valores conservadores teria sempre uma "vantagem comparativa" nas eleições brasileiras caso fixasse seu discurso na pauta moral e na agenda de costumes. Foi esse o caso do candidato Bolsonaro, que apostou – em 2022 – que a dimensão valorativa do voto fosse se sobrepujar à sua dimensão classista ou econômica. Possivelmente por esse motivo – em seus discursos – Bolsonaro evitava comentários sobre política econômica ou sobre planos de política social, preferindo apontar para o medo da desordem, inclusive comunista, caso o opositor fosse eleito. Outros candidatos teriam testado, sem o mesmo sucesso, este caminho: José Serra, por exemplo, um personagem político que dificilmente seria associado ao conservadorismo moral, ao concorrer em 2010 contra a petista Dilma Rousseff ativou a pauta antiaborto e cobrou um posicionamento de sua oponente.

3. A segunda tese: a reorganização das direitas

A segunda tese explicativa para eleição de Bolsonaro em 2018 também nos indica que sua vitória eleitoral não poderia ser interpretada com surpresa. A tese da reorganização das direitas tem como foco a movimentação no âmbito das elites e pode ser dividida em duas vertentes: aquela que se concentra especificamente na reorganização das lideranças parlamentares e aquela que foca em arenas externas ao Congresso Nacional: nas igrejas, nos quartéis, nas delegacias, inclusive nos movimentos de rua, o espaço mais típico das esquerdas.

No Brasil, a clivagem entre esquerda e direita esteve por muito tempo associada ao apoio ou à oposição das lideranças políticas e dos partidos ao regime militar (Tarouco and Madeira 2013). A opinião pública recrudesceu suas críticas aos militares ao longo dos anos 1980 – seja em decorrência do cenário de hiperinflação que se instalara, seja pelos indícios de que estaria ocorrendo um aumento das desigualdades durante o regime, seja pelas denúncias de corrupção envolvendo militares ou mesmo pelo acúmulo evidências de práticas de tortura. Visando se viabilizar eleitoralmente após a redemocratização, a direita tentou se afastar desta herança, ao menos no plano da

retórica; o partido de apoio ao regime se fragmentou em diversas agremiações,[9] ao passo que seus parlamentares evitavam identificar-se como representantes da direita ou como conservadores, autointitulando-se "centristas" (Power 2008). Para este fenômeno Maria do Carmo Campello de Souza (1988) daria o nome de "direita envergonhada".

Em outra pesquisa conduzida antes das eleições de 2018 e baseada em análise de discursos e de atividades legislativas, Quadros e Madeira (2018) demonstraram que uma parte da direita parlamentar brasileira estaria expressando suas preferências programáticas de maneira explícita: ou seja, aparentava estar pouco a pouco "perdendo a vergonha" de ser e de expressar-se enquanto direita. Os parlamentares analisados, além de altamente ideologizados, provavam-se ativos em suas atividades legislativas, em geral mobilizando pautas morais e demandando políticas mais duras na área de segurança pública: movimentando, portanto, a retórica do medo. Críticas à "esquerda" e ao "comunismo" também compunham seu repertório. Ademais, estes políticos estariam desvinculados das famílias políticas tradicionais, sendo independentes – por exemplo – dos partidos fisiológicos que compunham o que tradicionalmente se conhece como o "centrão" brasileiro: um grupo sem agenda programática própria e que deu sustentação a todos os governos da Nova República, independente de sua posição político-ideológica, em busca de benefícios clientelistas. Segundo os autores, esse fenômeno emergente se devia, em parte, à crença de que as políticas públicas promovidas pelos governos petistas de Lula e de Dilma Rousseff, do mesmo modo como decisões a cargo do Poder Judiciário – entre elas a permissão para a união homossexual, para o aborto em casos de anencefalia e a validação das cotas raciais em universidades públicas – estariam provocando uma "mudança nos valores" da sociedade brasileira, ou mesmo uma "crise moral" no país (Cowan 2014), em uma postura, portanto, próxima daquilo que Norris e Inglehart (2019) qualificariam como "contragolpe cultural".

A maior parte destes deputados que vocalizavam abertamente as temáticas tradicionais da direita se organizavam em duas bancadas suprapartidárias dentro do

[9] No contraponto, o MDB – a oposição "legal" – mantem até hoje a mesma sigla.

Congresso Nacional. A primeira é bancada dos grupos evangélicos, conhecida como “bancada da bíblia”, que tem como foco a agenda de costumes, a oposição ao aborto e aos direitos das populações LGBTQIA+. A segunda é a bancada da segurança pública, conhecida como “bancada da bala”: entre seus temas preferenciais se sobressaem a facilitação do porte de armas e a redução da maioridade penal, em tensão constante com as políticas de direitos humanos. Em um país em plena transição religiosa rumo a uma maioria evangélica, uma série de estudos tem demonstrado que indivíduos de denominações neopentecostais votam sobretudo em representantes declarados evangélicos (Rodrigues-Silveira and Cervi 2019), inclusive em decorrência da indicação ativa de seus pastores e representantes religiosos (Rodrigues and Fuks 2015). Outros demonstram o aumento na expressão política de policiais e de militares no Congresso Nacional: em 2018, categorias relacionadas ao controle da violência teriam eleito quatro vezes mais representantes que no pleito anterior, alguns dos quais com votação recorde (Novello and Alvarez 2022).

Segundo os dados compilados por Quadros e Madeira (2018), o deputado mais ativo e com o discurso mais ideologicamente orientado até 2018 era justamente Jair Bolsonaro. Assim, dentro desta perspectiva, desfaz-se a percepção muitas vezes mobilizada de que Bolsonaro seria um parlamentar irrelevante ou sem expressão no cenário político brasileiro. Antes, os autores nos mostram que Bolsonaro seria – em realidade – o mais coerente vocalizador de discursos conservadores em um cenário de franca ascensão da direita parlamentar: um deputado que desde o início dos anos 1990 representara organicamente os interesses da bancada da bala, principalmente as pautas relacionadas aos direitos e deveres dos policiais, ao mesmo tempo em que – em meados de 2010 – assumira com eloquência as pautas de costume dos evangélicos, atraindo a atenção de pastores (Lacerda 2019). Bolsonaro representava, portanto, a união das duas superbancadas.

Paralelamente, na esteia das manifestações de 2013 e das denúncias da Lava Jato, Bolsonaro se apresentou como um representante palatável também para a chamada “nova direita brasileira”, a qual forjada nas redes sociais e nos movimentos de rua, fundamentalmente para denunciar o que viam como a afirmação de uma "hegemonia cultural da esquerda" no Brasil paralela a uma descontrolada corrupção dos

governos petistas. Seu objetivo era propagar ideias ultra libertárias (Rocha 2021). Segundo Camila Rocha, a gênese destes grupos está na organização de think tanks liberais, os quais possuem interconexões com os partidos políticos tradicionais. Ao longo dos anos 2000, membros desta nova direita se candidataram e se elegeram para cargos proporcionais, entre eles, Ricardo Salles: ministro de Bolsonaro e fundador, em 2006, do pioneiro Movimento Endireita Brasil (MEB).

Por sua consistência na defesa de valores conservadores, pelo engajamento que teve nas redes sociais e também por sua linguagem disruptiva, Bolsonaro se tornou um símbolo da indignação contra o PT e – de modo genérico – contra um sistema político considerado corrompido, atraindo para a sua órbita a nova direita (Rocha, 2021). Por se tratar de um movimento que parte da sociedade civil, inclusive de manifestações de rua, com o objetivo de influenciar eleições e assim alterar a estrutura de representação política, poderíamos concluir que essa vertente também nos traz um movimento de baixo para cima. Ao contrário da tese do conservadorismo popular, no entanto, não tratamos de um movimento dos subalternos, mas de um movimento das classes médias e empresariais: de indivíduos dotados de capital econômico e social. Libertários, lideranças evangélicas, representantes das polícias e das Forças Armadas não organizam as mesmas populações, nem possuem as mesmas agendas programáticas, mas se unificaram em 2018 no mesmo objetivo de eleger Jair Bolsonaro. Era a tempestade perfeita.

4. A terceira tese: o antipetismo

Outra entre as teses mais recorrente que buscam explicar a vitória de Bolsonaro em 2018 é a tese que mobiliza o chamado antipetismo. Essa tese também parte de uma premissa teórica: de que a simpatia ou a rejeição a determinado partido político moldaria o voto no Brasil, ou seja: de que haveria uma proporção significativa de indivíduos que – independente do motivo – votariam ou deixariam de votar em um determinado candidato apenas por ele ser o indicado de um partido pelo qual se tem apreço ou ojeriza. A literatura normalmente analisa o chamado "partidarismo positivo"

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

(Cf. Samuels and Zucco 2018), ou seja, a identificação emocional ou a simpatia a uma agremiação, e é unânime em considerar que o Brasil não apresenta um nível particularmente elevado de partidarismo em geral: não haveria no país, portanto, um alto volume de eleitores que se identificassem partidariamente. Nesse caso, fatores não-partidários, tais como a performance do governo, o apoio a determinadas políticas públicas ou mesmo o clientelismo, permaneceriam decisivas para o voto. Mas neste cenário geral de baixa partidarização, o PT assumiria uma posição de destaque: um partido que surgiu no interior das porções mais densas da sociedade civil, mobilizando seus quadros principalmente a partir dos sindicatos e das comunidades eclesiásticas de base (Keck 1991). Ao longo dos anos 1990, que corresponde à fase de afirmação do partido (Cf. Barros 2022), o PT foi o único partido político brasileiro que registrou um crescimento significativo no seu índica de preferência partidária, tendo atingindo 20% de preferência entre eleitorado um ano antes da primeira vitória presidencial de Lula, em 2002 (Carreirão and Kinzo 2004).[10]

O petismo, portanto, seria um importante preditivo para o voto: indivíduos simpáticos ao partido tenderiam a votar em determinados candidatos apenas por eles serem os candidatos apresentados pelo PT, o que corresponde a uma vantagem da agremiação em relação aos demais partidos brasileiros. Uma série de estudos, no entanto, tem destacado que o PT é também o partido que apresenta o maior índice de rejeição entre o eleitorado. Ademais, que essa rejeição aos petistas não corresponde a uma adesão a outros partidos, ou seja, o antipetismo seria uma categoria residual: autônoma (Samuels and Zucco 2018).

Esse cenário possui duas implicações principais. A primeira delas é que existe um largo contingente de indivíduos que não se identificam com qualquer partido político, mas que rejeita os candidatos e as candidatas petistas, estando – portanto – disponíveis à propaganda de outros candidatos opositores. Deste modo, qualquer partido político ou candidato poderia fazer uso da retórica do antipetismo e assim recrutar um volume

[10] O MDB ao longo dos anos 1990 seguiu sendo um dos principais partidos do Brasil, um partido que nasceu durante a ditadura militas. Contudo, o PMDB será gradualmente esvaziado após a redemocratização: uma parte de seus integrantes migra para o PT. Outra parte, para o PSDB, uma fratura do PMDB operada por Orestes Quércia e Fernando Henrique Cardoso para representar uma espécie de "partido das classes médias paulistanas". Nesse período, cai o nível de identificação com os mdbistas.

significativo de votos. A segunda implicação é que – se o volume de votos antipetistas for superior ao de votos petistas em um determinado contexto – o antipetismo poderia decidir uma eleição a favor de um candidato independente de suas posições político-ideológicas ou de suas agendas propositivas; independente de os valores deste candidato serem convergentes aos valores do eleito ou eleitora: bastaria não ser o candidato apresentado pelo PT.

De meados dos anos 1990 até a eleição de Bolsonaro, o sistema político brasileiro aparentava estar organizado a partir do antagonismo entre o PT e o PSDB. Desde a campanha de 1994, a segunda após a redemocratização do país, petistas e tucanos se enfrentaram no segundo turno das eleições presidenciais. As eleições de 2018 foram atípicas neste sentido, uma vez que o candidato apresentado pelo PSDB, Geraldo Alckmin, obteve apenas 4,76% dos votos no primeiro turno, a pior campanha do partido, permanecendo em quarto lugar na disputa. O contexto destas eleições importa. Em decorrência da crise econômica e das denúncias reiteradas de corrupção derivadas da Lava Jato, a identificação com o PT teria caído a partir de 2014, à medida que crescia o antipetismo (Amaral 2020). Ao mesmo tempo, Fuks, Ribeiro e Borba (2020) utilizaram dados de 2019 para demonstrar que – apesar de o antipetismo ser responsável pela maior fatia da desafeição no Brasil – o fenômeno seria mais amplo, afetando o conjunto dos partidos políticos, inclusive no formato de intolerância política.

Desse modo, a tese do antipetismo explica a eleição de Jair Bolsonaro, o candidato que – mesmo tendo sido deputado federal desde 1991 – se vendeu como anti-establishment, ao considerar que ele teria concentrado esses volume crescente de votos antipetistas, substituindo o candidato do PSDB como o candidato preferencial desta parcela do eleitorado (Braga and Zolnerkevic 2020; Moura and Corbellini 2019). Uma variante desta tese considera que tal fenômeno teria ocorrido não apenas por Bolsonaro simbolizar a indignação contra o PT, mas a indignação contra o sistema político em geral naquele contexto em particular.

4. Considerações Finais

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

Este texto buscou sintetizar quais foram as principais teses mobilizadas para explicar as eleições de Jair Bolsonaro à presidência da república brasileira em 2018, em eleições cujo resultado surpreendeu importantes analistas políticos. A tese do conservadorismo popular tem como objetivo demonstrar o modo como as preferências conservadoras identificadas entre eleitorado mais pobre no Brasil teriam sido as responsáveis pela eleição de um candidato abertamente conservador, embora em um contexto eleitoral específico: após a prisão de um opositor altamente popular e identificado justamente como o candidato "dos mais pobres". A tese da reorganização das direitas buscou explicar a eleição de Bolsonaro como parte de um movimento anterior a 2018 de rearticulação e renovação da direita política entre as elites parlamentares e também entre determinadas lideranças sociais e econômicas que buscavam também influenciar o resultado das eleições. Um cenário de reorganização dos líderes da direita certamente teria contribuído para que os populares identificados com os valores dos conservadores reconhecessem os seus representantes ideologicamente preferenciais. As duas teses, contudo, possuem um sentido explicativo inverso e por esse motivo não se sobrepõem. Finalmente, a terceira tese sobre o resultado das eleições de 2018 dá pouca ênfase ao candidato Bolsonaro em si, às suas agendas e às suas características, uma vez que compreende sua vitória como a expressão da oposição ao candidato rival, o qual vinculado ao Partido dos Trabalhadores.

Todos os trabalhos aqui analisados reuniram variáveis relativas às preferências eleitorais e ideológicas, inclusive às disposições emocionais dos brasileiros e brasileiras, a diversas explicações de natureza conjuntural vinculadas a fatores que estariam também influenciando aquele pleito em específico: questões relativas ao cenário econômico, às denúncias amplamente midiatizadas de corrupção ocorridas durante os governos anteriores e supostamente os envolvendo, mesmo ao sucesso ou ao fracasso de determinadas políticas públicas anteriormente implementada. São variáveis cambiantes, de modo que resta ainda o desafio de determinarmos o que permanece das teses supracitadas após a derrota de Bolsonaro em 2022. Ademais, cada uma das explicações analisadas deu ênfase a dinâmicas que teriam influenciado setores específicos da sociedade e do eleitorado brasileiro. Nesse sentido, a validade de uma

tese não necessariamente anula a validade das demais: cada qual fazendo referência a um fenômeno específico que, combinado a outros, ajudaria na compreensão apenas aproximada da complexidade de um pleito presidencial ocorrido em uma democracia multipartidária, em um dos sistemas partidários mais fragmentados do mundo, em uma federação de dimensões continentais e em um dos países mais desiguais que conhecemos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Caldeira Dias. 2014. "Monopólio Estatal Da Violência." In **Crime, Polícia e Justiça No Brasil**, eds. Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton, and Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. São Paulo: Contexto, 2014, 187–97.

AMARAL, Oswaldo E. "The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018." **Brazilian Political Science Review**, 2020, 14(1).

BARROS, Celso Rocha de. "Não Há Mais Como Bolsonaro Vencer Como Trump Venceu." **Folha de S.Paulo**. 2018. https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/07/nao-ha-mais-como-bolsonaro-vencer-como-trump-venceu.shtml (Acesso em: 1 de fevereiro, 2023).

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORBA, Felipe; DUTT-ROSS, Steven. "Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018." **Opinião Pública**, 2021, 27(3): 851–77.

BRAGA, Maria do Socorro; ZOLNERKEVIC, Aleksei Zolnerkevic. "Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras." **Opinião Pública**, 2020, 26: 1–33.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral No Brasil (1989/2002)." **Dados: Revista brasileira de Ciências Sociais**, 2004, 47(1): 131–68.

CONVERSE, Philip E. "The Concept of a Normal Vote." In **Elections and the Political Order**, eds. Angus Campbell, Philip E. Converse, Warren E. Miler, and Donald E. Stokes. Nova Iorque: John Wiley and Sons, 1996, 9–36.

COWAN, Benjamin Arthur. "'Nosso Terreno' Crise Moral, Política Evangélica e a Formação Da 'Nova Direita' Brasileira." **Varia Historia**, 2014, 30(52): 101–25.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian "From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018." **Brazilian Political Science Review**, 2020, 15: 2–28.

KECK, Margaret E. **PT - A Lógica Da Diferença: O Partido Dos Trabalhadores Na Construção Da Democracia Brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KEY, V. O. "A Theory of Critical Elections." **The Journal of Politics**, 1955 17(1): 3–18.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, Renato Sérgio de; JANNUZZI, Paulo de Martino; MOURA JUNIOR, James F; SEGUNDO, Damião S. de Almeida. "Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017." **Opinião Pública**, 2020, 26: 34–65.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MAYHEW, David R. **Electoral Realignments: A Critique of an American Genre**. New Heaven: Yale University Press, 2022.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A Eleição Disruptiva: Porque Bolsonaro Venceu.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2019.

NOVELLO, Roberta Heleno; ALVAREZ, Marcos César Alvarez. "Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública." **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2022, 15: 81–101.

OLIVEIRA, André de. "2018, antipolítica e as chances dos que tentam sobreviver ao tsunami Odebrecht." **El País Brasil,** 2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492198783_850847.html (Acesso em: 1 de fevereiro, 2023).

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Linguagens Autoritárias, Voto Popular." In O**s Anos 90: Política e Sociedade No Brasil**, ed. Evelina Dagnino. São Paulo: Brasilienses, 1994, 137–49.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. Barcelona: Planeta, 2019.

POWER, Timothy J. "Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class." In **Democratic Brazil Revisited**, eds. Peter Kingstone and Timothy J. Power. Pitsburgo: University of Pittsburgh Press, 2008.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado "Fim Da Direita Envergonhada? Atuação Da Bancada Evangélica e Da Bancada Da Bala e Os Caminhos Da Representação Do Conservadorismo No Brasil." **Opinião Pública**, 2018, 24: 486–522.

REIS, Fábio Wanderley. "A Razão Do Eleitor." **Folha de S. Paulo**, 2020. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0909200003.htm (Acesso em: 2 de fevereiro, 2023).

RENNÓ, Lucio R. "The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections." **Latin American Politics and Society**, 2020, 62(4): 1–23.

ROCHA, Camila. "The New Brazilian Right and the Public Sphere." **The Mecila Working Paper Series**, 2021, 32: 32.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. "Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil." **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2015, 30: 115–28.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi "Evangélicos e Voto Legislativo: Diversidade Confessional e Voto Em Deputados Da Bancada Evangélica No Brasil." **Latin American Research Review**, 2019, 54(3): 560–73.

ROSSI, Amanda. "Haddad e Bolsonaro avançam, mas sombra da rejeição aumenta: o que as pesquisas sinalizam sobre a eleição." **BBC News Brasil**, 2018. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45595033 (Acesso em: 1 de fevereiro, 2023).

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. **Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: EDUSP, 2000A.

SINGER, André. "Quem Tem Medo Da Esquerda e Da Direita?" **Folha de S. Paulo**, 2000b. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1410200007.htm (Acesso em: 2 de fevereiro, 2023).

N.20, 2025, e 238967, pp. 1-20

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. "A Reativação Da Direita No Brasil." **Opinião Pública**, 2022, 27: 705–29.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "A Nova República Sobre a Espada de Dâmocles." In **Democratizando o Brasil**, ed. Alfred Stepan. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado "Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil." **Revista de Sociologia e Política**, 2013, 21(45): 149–65.

Tramitação do artigo na revista
Submetido: 22/04/2023
Aceito: 22/08/2024